

## Por um estudo da política informado historicamente

Tiago Losso\*

### *Resumo*

É notável um reavivamento do interesse de estudiosos da política pela historicidade de seu objeto. A intenção desta apresentação é sumarizar os possíveis usos da história no âmbito da Ciência Política contemporânea. Serão explorados dois sentidos desta pretensa historicização do estudo da política: 1) a desnaturalização dos conceitos políticos esposados atualmente; 2) a relação entre Teoria Política e História do Pensamento Político. Ao final, pretende-se refletir sobre os possíveis usos da história para a elaboração de uma Ciência Política de caráter interpretativo.

Nos últimos vinte anos, nota-se um renovado interesse dos estudiosos da política pelo uso de uma perspectiva histórica na condução de suas pesquisas e reflexões. Longe de constituir-se novidade, este interesse pela história é elemento constitutivo do campo contemporâneo de estudos sobre a política (Bevir, 2006; Feres, 2000; Silva, 2008), mas que recentemente vem assumindo um contorno mais consistente, inclusive indicando novos usos para a relação entre a história e a ciência política.

O que segue abaixo deve ser tomado como um conjunto de dados preliminares, que pretende contribuir para a compreensão dos usos da história na produção contemporânea no âmbito dos estudos políticos. Trata-se de material preparado para balizar uma conversa entre pares, com o intuito de informar futuros desdobramentos da questão.

.....

As aproximações entre história e ciência política podem ser exploradas em pelo menos dois sentidos: 1) um historicismo radical como sugestão no âmbito da configuração epistemológica da ciência política contemporânea (Bevir, 2006), e 2) na relação entre história do pensamento político e teoria política, com especial ênfase nos estudos sobre o republicanismo (Skinner, 1999), seja como tradição de pensamento típica de contextos históricos precisos (Skinner, 1999; Skinner, 1996), seja como ideário disponível para orientação da ação política no presente (Skinner, 1999, Pettit, 1999, Viroli, 2002).

---

\* Núcleo de Estudos do Pensamento Político/Universidade Federal de Santa Catarina

### *Um historicismo radical*

O desenvolvimento do historicismo é um elemento chave para os estudos da política realizados na segunda metade do século XIX, tanto no contexto acadêmico britânico quanto no norte-americano. (Bevir, 2006:584) Esta abordagem do estudo da política pode ser compreendida observando-se que as narrativas históricas eram assumidas como parte integrante de uma ciência política capaz de orientar governantes (idem, ibidem). Note-se que este historicismo desenvolvimentista (teleológico e evolucionista) estruturou suas histórias nacionais em referência a princípios que operavam no tempo tanto enquanto fatos fundacionais quanto em termos de desdobramento de idéias. (Idem, 285), elaborando narrativas marcadas pelas noções de continuidade e progresso. (idem, 587). A narrativa mestra dos estudos do período referido era marcada simultaneamente pelas idéias de progresso e continuidade, além de advogar uma perspectiva marcadamente científica (no sentido de rigor e apego a dados empíricos), confluindo para uma compreensão do desenvolvimento das estruturas políticas orientadas no sentido do estabelecimento de uma sociedade livre e democrática. (Idem, ibidem) Em virtude destas características, estes estudiosos nunca perceberam distinções claras entre ciência política e história. (Idem, Ibidem)

O historicismo desenvolvimentista acima sumarizado foi suplantado por um novo estilo de análise da política, entre as décadas de 1920 e 1960. (Idem, 588-589) Afastando-se de uma abordagem historicista, que teve seus pressupostos de progresso e continuidade desacreditados pelos resultados nefastos da II Guerra Mundial, a ciência política aproximou-se de um contorno que pode ser nomeado empiricismo modernista (Idem, 588). Caracteristicamente atomistas e analíticos, estes estudos deslocaram a atenção dos estudiosos, antes tendo os estados nacionais como unidade básica de análise, para um enfoque nos governos, que seriam então entendidos em termos não valorativos como o agregado de diversos interesses e atitudes encontráveis na sociedade. (Idem, 589) Cabe acrescentar que enquanto o historicismo desenvolvimentista considerava a sociedade e a política em termos de uma narrativa moral, o empiricismo modernista considerará a sociedade e a política em termos de interesses, processos e funções. (idem, ibidem) A segunda metade do século XX foi palco, então, de uma série de estilos de análise da política que conscientemente rejeitaram uma abordagem historicizada de seus temas: comportamentalismo, escolha racional e neoinstitucionalismo. (idem, 593-595)

### *Skinner, Pettit e o republicanismo contemporâneo*

As formulações republicanas são o mote para a renovação do interesse de politólogos pela história. O historiador Quentin Skinner e o filósofo Philip Pettit são os expoentes do

movimento (Silva, 2008). A relação entre história do pensamento político e teoria política, neste sentido, deve ser de mútua informação. De saída, deve ser indicada a possibilidade de desnaturalização dos conceitos políticos atualmente esposados, através dos estudos do pensamento político do passado. Além disso, a escrita da história do pensamento político secreta teoria política, fornecendo para consulta do teórico contemporâneo todo um manancial de teorizações elaboradas no passado, fornecendo-lhe novas perspectivas e sugestões de como proceder ao escrutínio dos temas políticos contemporâneos. Como sugerido por Viroli, “(...) political theorists tend to forget pieces of wisdom that earlier thinkers had already set forth and studied.” (Viroli, 2002:03). Na sequência da assertiva, o autor precisa ser este o caso de algumas idéias formuladas no âmbito do republicanismo, indicando que a conhecer estas idéias é relevante para a ciência política, já que

Unlike a natural science, political science proceeds not by inventing new theories to replace old ones but by rediscovering and refining forgotten ideas and themes; and sometimes the work of rediscovery helps actual political practice. (Viroli, 2002:04)

No “sentido” contrário, o teórico da política, ao elaborar conceitos, noções e categorias de análise, informa o trabalho do historiador das idéias políticas, que manuseará este arsenal teórico para movimentar-se e orientar-se no desenrolar de suas pesquisas.<sup>1</sup>

#### *Enquanto ideário disponível para orientação da ação política do presente*

Aceitando que a vida política se conduz através da linguagem normativa disponível em dada comunidade, Pettit indica a necessidade de exame das linguagens por onde acontecem as discussões e legitimações políticas, com vistas a dominarmos em certa medida idéias e pensamentos que “(...) de outro modo, nos dominariam a nosotros.” (Pettit, 1999:19). O teorizador da política, portanto, tem a tarefa de questionar constantemente os termos do debate político. Não necessariamente intencionando interferir no debate diretamente, mas principalmente através da crítica sistemática aos termos do debate, atualizando o ideário disponível aos que discutem. (Idem, 21)

Para cumprir a tarefa, Pettit localiza sua atenção para a situação de estar dominado, que não estaria sendo suficientemente pensado atualmente. Para tal, empreende um escrutínio do ideário republicano, que ao proporcionar um ideal de liberdade como *não-dominação* “(...) nos proporciona una imagen muy rica y convincente sobre lo que es razonable esperar de un estado decente y de una sociedad civil decente.” (Pettit, 1999:21)

Este escrutínio é feito em duas frentes. Primeiro, através da recuperação da tradição de pensamento que remonta a Cícero, passando por Maquiavel e Harrington e chegando aos

---

<sup>1</sup> O detalhamento da relação entre os trabalhos de Skinner e Pettit pode ser acompanhado em Silva, 2008.

teóricos republicanos do século XVIII. (idem, 23). Apesar do rasgo aristocratizante de tal tradição, ainda assim Pettit o considera a idéia de liberdade como não-dominação deve ser reintroduzido no debate como uma idéia universal para todos os membros das sociedades contemporâneas (Idem, ibidem), já que adequado aos valores professados de maneira articulada no bojo da Revolução Francesa de 1789 (idem, capítulo 4).

Apesar de justificar sua opção pelo republicanismo em termos filosóficos, Pettit também lança mão da história, recuperando uma tradição *adormecida* que poderá legar aos contemporâneos a possibilidade de utilizarem a noção de liberdade como não-dominação para efeitos de construção de uma comunidade de acordo com as exigências morais atuais.

O clareamento do debate político atual também pode contar com a colaboração do historiador das idéias, conforme indicado por Skinner, na mesma direção das proposições de Pettit.

Ao escrever sobre a ascensão e queda da teoria neo-romana dos estados livres, Skinner persegue a mesma noção de liberdade civil focalizada por Pettit (Skinner, 1999). Uma idéia que pode ser acompanhada tendo surgido na antiguidade clássica, estando no centro da tradição republicana romana da vida pública, foi conservada no *Digesto* e posteriormente esteve associada às cidades-repúblicas da Itália de inícios da Modernidade e aos debates em torno da crise constitucional inglesa de meados do século XVII. Portanto, uma noção republicana de liberdade. (Skinner, 2010)

A contribuição mais especial de Skinner, neste ponto, é a possibilidade da história do pensamento político permitir a desnaturalização das idéias políticas atualmente mobilizadas no debate público. Partindo da assertiva de que “(...) a maioria de nós não sabe que herdamos uma teoria a qual continuamos a aplicar [liberalismo], mas que não compreendemos realmente.” (Skinner, 1999:89), Skinner sugere que devemos “(...) ver como os conceitos que ainda invocamos foram inicialmente definidos, a que propósitos eles deveriam servir, concepção de poder público foram usados para sustentá-los.” (idem, ibidem). Isso, nas palavras do autor,:

(...) poderá nos capacitar a adquirir uma compreensão autoconsciente de um conjunto de conceitos que empregamos atualmente de modo não autoconsciente e, até certo ponto, mesmo incompreensivelmente. É defensável, em suma, que temos de nos tornar historiadores do pensamento para compreendermos não simplesmente isso, mas muitos aspectos comparáveis de nosso atual mundo moral e político. (Skinner, 1999:89)

As noções morais e políticas que atualmente esposamos são marcadamente liberais, e foram forjadas numa disputa contra os teóricos republicanos ao longo da primeira metade da modernidade. O historiador do pensamento teria uma função semelhante àquela do arqueólogo, “(...) trazendo de volta para a superfície tesouros intelectuais enterrados, limpando sua poeira e possibilitando-nos reconsiderar o que pensamos deles.” (Skinner, 1999:90). Ambientando sua

discussão na célebre distinção entre liberdade *negativa* e *positiva*, Skinner indica que a liberdade individual é considerada pelos *defensores* da versão negativa (Isaiah Berlin sendo o expoente da corrente) como uma questão basicamente de não-interferência, ponto que é criticado pela teoria neo-romana [republicana]. (Skinner, 1999:93). Assim:

O historiador do pensamento pode nos ajudar a apreciar até onde os valores incorporados em nosso atual modo de vida, e nossas atuais maneiras de pensar sobre esses valores, refletem uma série de escolhas feitas em épocas diferentes entre diferentes mundos possíveis. Essa consciência pode ajudar a libertar-nos do domínio de qualquer uma das explicações hegemônicas desses valores e de como eles devem ser interpretados e compreendidos. Munidos de uma possibilidade mais ampla, podemos nos distanciar dos compromissos intelectuais herdados e exigir um novo princípio de investigação sobre esses valores. (Skinner, 1999:93-94)

Os historiadores do pensamento político não fornecerão um elenco de idéias do passado que poderiam ser enxertados sem suspeitas no presente, mas sim podem fornecer à contemporaneidade um conjunto de informações relevantes para a elaboração de critérios sobre os valores e crenças atuais, permitindo aos homens ruminar sobre seus próprios problemas. (Skinner, 1999:94)

#### *Os usos da história para um estudo interpretativo da política*

A história foi manuseada de formas diversas pela tradição de pensamento político. A *História* de Heródoto e a *História da Guerra do Peloponeso*, de Tucídides, são exemplos de quando a reflexão sobre o passado era indissociável da reflexão sobre a política. Nem precisaríamos ir tão longe, bastando atentar para a configuração do campo científico contemporâneo de estudo da política, onde a história sempre esteve próxima às reflexões sobre a política, como indicou claramente a seção do presente ensaio onde o historicismo é problematizado.

Uma perspectiva recorrente é aquela que entende a história como ferramenta indispensável para compreender como o mundo atual chegou a conformar-se de determinada maneira. Uma perspectiva alternativa para o uso da história é tomá-la como contexto explicativo, permitindo uma análise sincrônica indispensável para a significação do pensamento e práticas políticas. Desta forma, é possível estabelecer um mosaico onde podemos incluir o pensamento e práticas políticas de maneira compreensiva e, portanto, interpretativa.

#### *Bibliografia*

BEVIR, Mark. (2008), **A Lógica da História das Idéias**. São Paulo: Edusc.

\_\_\_\_\_. (2006), "Political Studies as Narrative and Science, 1880–2000". **Political Studies**, vol. 54, pp. 583-606.

FERES JR, João. (2005), “De Cambridge para o mundo, historicamente: revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner”. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, vol. 48, n. 3, pp.655-680.

\_\_\_\_\_.(2000), Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da ciência política americana tem para nos contar. **Revista de Sociologia. Política**, n.15, pp. 97-110.

PETTIT, Philip. (1999), **Republicanism: Una teoría sobre la libertad y el gobierno**. Barcelona: Paidós.

SILVA, Ricardo. (2008), Liberdade e lei no neo-republicanismo de Skinner e Pettit. **Lua Nova**, n.74, pp. 151-194.

SKINNER, Quentin. (1996), **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Cia das Letras.

\_\_\_\_\_. (1999), **Liberdade antes do Liberalismo** (Tradução: Raul Fiker). São Paulo: Unesp.

\_\_\_\_\_. (2010), **Hobbes e a Liberdade Republicana**. São Paulo: Unesp.

\_\_\_\_\_. [1969], Meaning and Understanding in the history of ideas. In: TULLY, James. (ed.) (1988), **Meaning and Context: Quentin Skinner and his critics**. Cambridge: Polity Press.

VIROLI, Maurizio. (2002), **Republicanism**. New York: Hill and Wang.